CDS - PP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2019-02-14	
O Secretário da Mesa	
Sofia Araújo (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Sofia Araújo (Assinatura Qualificada) Date: 2019.02.14 16:28:01 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1335 / XIII (4 .ª)

Assunto: Aproveitamento Agrícola da Barragem do Baixo Sabor

Destinatário: Min. do Ambiente e da Transição Energética

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Ao longo dos últimos anos foi definido um plano de investimento em barragens no território português. Uma das barragens que constava desse programa era a do Baixo Sabor, destinada a um aproveitamento hidroelétrico, que entrou em funcionamento no ano de 2016.

A albufeira em causa estende-se ao longo de 60 km ocupando áreas dos concelhos de Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros. Trata-se de uma reserva de água que mais que duplica a capacidade de armazenamento português de água no Douro. O aproveitamento está equipado com grupos reversíveis, possibilitando uma melhor gestão da produção alavancada pela sua localização estratégica e que permite otimizar a produção de toda a cascata do Douro a jusante.

É ainda de referir que esta infraestrutura tem um enorme potencial para o sector agrícola de toda a região estando até prevista, no Estudo de Impacto Ambiental, a utilização dos recursos hídricos na agricultura. Contudo, ainda hoje, não há qualquer aproveitamento para a utilização destes recursos na produção agrícola local.

Estamos assim perante um interesse já manifestado pela população que acaba por ser importante numa economia de pequena dimensão, já tão penalizada pelas assimetrias que levam à desertificação e à fuga de investimento.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Considerando que as condições criadas pela infraestrutura permitem a utilização da barragem para a rega das produções agrícolas, quias foram as medidas tomadas pelo Governo no sentido de possibilitar essa atividade?

Palácio de São Bento, 13 de fevereiro de 2019

Deputado(a)s

JOÃO REBELO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.